

Com a Lei de Bases da Saúde, aprovada em 1990, foi instituída uma nova política de recursos humanos para a saúde com vista a satisfazer, à luz da conjuntura, as necessidades da população, com garantia da formação dos profissionais e segurança dos cuidados, procurando uma adequada cobertura em todo o território nacional.

No seguimento do disposto na Base XII daquela Lei, foi aprovado um novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde (SNS), revisão em 1993 do estatuto inicial de 1979, no sentido de criar unidades integradas de cuidados de saúde e flexibilizar a gestão dos recursos.

Dada a relevância social do direito à protecção da saúde, adoptaram-se mecanismos especiais de mobilidade e de contratação de pessoal, pretendendo compensar as desigualdades de acesso e de cobertura geodemográfica cumprindo a obrigação constitucional de universalidade do acesso à prestação de cuidados de saúde.

Do mesmo modo que se investiu em novas instalações, novas tecnologias médicas e de informação, implementaram-se também métodos de organização e gestão, de entre os quais a definição de carreiras constituiu um factor agregador das competências e garantias do Serviço Nacional de Saúde.

Com as alterações de gestão e organização que prefiguraram uma aposta na qualidade e na criação de novas estruturas, a consagração legal das carreiras médicas em 1990, conforme o Decreto-Lei n.º 73/90 de 6 de Março, ora revogado, desenvolveu e valorizou a prestação médica no SNS, como um todo coeso e coerente, com especificidades próprias e projecto sustentável.

Na presente legislatura, encetou-se a reforma da Administração Pública, estabelecendo a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, novos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, prevendo, em particular, a revisão dos regimes dos corpos ou carreiras especiais.

Neste contexto, a carreira médica, a natureza da prestação de cuidados médicos, pela sua especificidade, conteúdo funcional e independência técnica, não permite a sua absorção em carreira geral e impõe a criação de uma carreira especial.

Deste modo, nos termos do artigo 41.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o presente decreto-lei revoga o Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e define o regime legal da carreira médica, enquanto carreira especial da Administração Pública.

Esta carreira especial, implementando um modelo de referência em todo o SNS, independentemente da natureza jurídica dos estabelecimentos e serviços, pretende reflectir um modelo de organização de recursos humanos essencial à qualidade da prestação e à segurança dos procedimentos.

Este decreto-lei integra as actuais três carreiras médicas numa carreira única, fundando-se em deveres funcionais comuns para todos os trabalhadores e num conteúdo funcional genérico de prestação de cuidados de saúde, investigação e formação permanente.

Estabelecem-se duas categorias, médico especialista e médico especialista principal, as quais reflectem uma diferenciação de qualificação técnica, baseadas em graus de qualificação regulados em diploma próprio.

Fixam-se as regras de transição para as novas categorias.

Foram observados os procedimentos decorrentes da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## Capítulo I

### Objecto e âmbito

#### Artigo 1.º

##### Objecto

O presente decreto-lei define o regime legal da carreira médica como carreira especial prevista nos artigos 41.º e 101º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

## Artigo 2.º

### Âmbito

- 1 - O presente decreto-lei aplica-se aos médicos integrados na carreira especial médica cuja relação jurídica de emprego público seja constituída por contrato de trabalho em funções públicas.
- 2 - O presente decreto-lei aplica-se nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sem prejuízo das competências dos órgãos de governo próprios.

## Capítulo II

### Estrutura da carreira

## Artigo 3.º

### Categorias

A carreira médica é pluricategorial e estrutura-se nas seguintes categorias:

- a) Médico Especialista;
- b) Médico Especialista Principal.

## Artigo 4.º

### Deveres funcionais

- 1 - Os trabalhadores integrados na carreira médica estão obrigados ao cumprimento dos deveres gerais estabelecidos para os trabalhadores que exercem funções públicas.
- 2 - Sem prejuízo do conteúdo funcional inerente à respectiva especialidade e categoria, os trabalhadores integrados na carreira médica estão ainda obrigados, no respeito pela *leges artis*, ao cumprimento dos seguintes deveres profissionais:

- a) Exercer a sua profissão com respeito pelo direito à protecção da saúde dos utentes e da comunidade, com primazia do interesse do utente;
- b) Informar devidamente o utente sobre os cuidados a prestar e prestados, assegurando a efectividade do consentimento informado;
- c) Exercer as suas funções com zelo e diligência, assegurando o trabalho em equipa, tendo em vista a continuidade e garantia da qualidade da prestação de cuidados e a efectiva articulação de todos os intervenientes;
- d) Participar em equipas de urgência quando designados ou, ainda, em equipas para fazer face a situações de emergência ou catástrofe;
- e) Cumprir o dever de sigilo profissional e todos os deveres éticos e princípios deontológicos a que está obrigado;
- f) Actualizar e aperfeiçoar conhecimentos e competências na perspectiva de desenvolvimento pessoal, profissional e de aperfeiçoamento do seu desempenho;
- g) Colaborar com todos os intervenientes no trabalho de prestação de serviços de saúde, favorecendo o desenvolvimento de relações de cooperação, respeito e reconhecimento mútuo

#### Artigo 5.º

##### Conteúdo funcional

As funções integradas no conteúdo funcional genérico da carreira médica, definido no presente artigo, devem ser exercidas no âmbito de todas as categorias, com respeito pela autonomia técnico-científica inerente a cada especialidade médica, nomeadamente:

- a) Prestar cuidados de saúde aos doentes, utentes ou grupos populacionais sob a sua responsabilidade ou sob responsabilidade da equipa na qual estejam integrados;
- b) Recolher, registar, e efectuar tratamento e análise da informação relativa ao exercício das suas funções, incluindo aquela que seja relevante

para os sistemas de informação institucionais e nacionais na área da saúde, designadamente os referentes à vigilância de fenómenos de saúde e de doença;

c) Participar em programas e projectos de investigação ou de intervenção, quer institucionais quer multicêntricos, nacionais ou internacionais, seja na sua área de especialização ou em área conexa;

d) Colaborar na formação de médicos em processo de especialização, de médicos em formação básica e de alunos das licenciaturas em medicina ou de outras áreas biomédicas;

e) Participar em júris de concurso ou noutras actividades de avaliação dentro da sua área de competência;

## Artigo 6.º

### Conteúdo funcional da categoria de médico especialista

1 - O conteúdo funcional da categoria de médico especialista compreende funções médicas enquadradas em directivas gerais bem definidas, de complexidade variável e enquadradas em equipa, e, ainda:

- a) Execução de tarefas de apoio necessárias ao funcionamento da unidade ou serviço, designadamente as relacionadas com a recolha e registo de informação;
- b) Participação nas actividades de planeamento e programação do trabalho a executar pela unidade ou serviço;
- c) Participação em equipas de projectos de investigação em saúde;
- d) Responsabilidade de estágio ou orientação de formação de médicos em processo de especialização, de médicos em formação básica e de alunos das licenciaturas em medicina ou de outras áreas biomédicas;
- e) Participação em júris de concurso para o grau e a categoria de especialista.

2 – Compete ainda ao médico especialista quando obtenha a qualificação de 2º grau, funções médicas de complexidade variável e de complexidade média, e, ainda;

- a)* Funções de orientação de alguns sectores da equipa, da unidade ou do serviço;
- b)* Planeamento e programação do trabalho a executar pela unidade ou serviço;
- c)* Participação ou orientação de equipa de projectos de investigação em saúde;
- d)* Responsabilidade de estágio ou orientação de formação de médicos em processo de especialização;
- e)* Participação em júris de concurso para o grau de consultor ou como presidente para a categoria de especialista;
- f)* Substituição, quando designado, do médico especialista principal, nas suas ausências e impedimentos.

#### Artigo 7.º

##### Conteúdo funcional da categoria de médico especialista principal

O conteúdo funcional da categoria de médico especialista principal compreende funções médicas de complexidade variável e de grande complexidade e responsabilidade, e, ainda;

- a)* Funções técnicas de coordenação e de chefia de trabalhadores da carreira médica;
- b)* Supervisão do planeamento, programação e avaliação do trabalho pela respectiva unidade, serviço ou departamento;
- c)* Coordenação ou direcção de equipas de investigação em saúde;
- d)* Coordenação geral das funções de formação da sua unidade, serviço ou departamento;
- e)* Direcção das actividades de formação médica da instituição, quando designado;
- f)* Participação em júris de concurso para o grau de especialista ou consultor e para as categorias de especialista e especialista principal;

- g) Responsabilidade pela informação que caracteriza o nível de produção, actividade ou qualidade da sua unidade, serviço ou departamento;
- h) Representação da unidade, serviço ou do departamento perante a instituição ou, quando designado, perante entidades exteriores.

#### Artigo 8.º

##### Grau de Complexidade Funcional

A carreira médica é classificada como de grau 3 de complexidade funcional.

#### Artigo 9.º

##### Condições de admissão

- 1 - O exercício de funções no âmbito da carreira médica depende da inscrição na Ordem dos Médicos.
- 2 - Para a admissão a cada categoria, nos termos decorrentes de diploma próprio relativo a qualificação médica, é exigido o grau de:
  - a) Especialista, tendo terminado com aproveitamento o internato da especialidade, para a categoria de Médico Especialista;
  - b) Especialista Principal, com um mínimo de permanência na categoria de Médico Especialista por 15 anos, para a categoria de Médico Especialista Principal.

#### Artigo 10.º

##### Recrutamento

- 1 - O recrutamento para os postos de trabalho em funções públicas, correspondentes à carreira médica, incluindo mudança de categoria, é feito mediante concurso.
- 2 - Os requisitos de candidatura e a tramitação dos concursos previstos no número anterior são regulados por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Administração Pública e da saúde.
- 3 - O recrutamento para os postos de trabalho sujeitos ao regime do Código do Trabalho, correspondentes à carreira médica, incluindo mudança de categoria, é

feito mediante processo de selecção com observância do disposto no artigo 9.º do presente decreto-lei.

#### Artigo 11.º

##### Remunerações

As remunerações-base dos trabalhadores integrados na carreira médica são fixadas com base no regime previsto nos artigos seguintes e constam do Anexo I ao presente decreto-lei, que deste faz parte integrante.

#### Artigo 12.º

##### Posições remuneratórias

- 1 - A cada categoria da carreira especial médica corresponde um número variável de posições remuneratórias que constam do Anexo I ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.
- 2 - A determinação da posição remuneratória na categoria de recrutamento é objecto de negociação, nos termos previstos no artigo 55º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.
- 3 - A alteração da posição remuneratória na categoria faz-se nos termos dos artigos 46.º a 48.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, tendo em conta o sistema de avaliação de desempenho dos médicos.

#### Artigo 13.º

##### Duração e organização do tempo de trabalho

- 1 - A duração do tempo de trabalho aplicável à carreira médica é a constante do regime do contrato de trabalho em funções públicas, aprovado pela Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro, com as especificidades decorrentes dos números seguintes.
- 2 - O período normal de trabalho da carreira especial médica é de 40 horas semanais, excepto no caso previsto no artigo 28.º do Decreto-lei n.º 298/2007, de 22 de Agosto.



- 3 - O período normal de trabalho não pode exceder as 8 horas diárias, salvo no caso de trabalho em urgência e emergência, em que a duração não pode ultrapassar as 12 horas consecutivas.
- 4 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, as 12 horas consecutivas podem ser convertíveis por conveniência de serviço, em 24 horas de prevenção.
- 5 - O trabalho efectuado nos termos do número anterior é remunerado com 25% das importâncias que seriam devidas por igual tempo de trabalho prestado nos mesmos períodos e em regime de presença física permanente.
- 6 - A prestação de trabalho extraordinário é remunerada de acordo com a tabela constante do Anexo II sendo aplicável a partir do período normal de trabalho de 40 horas semanais.
- 7 - A realização de mais de 12 horas de trabalho extraordinário por semana depende de acordo do médico e não pode exceder 24 horas pelo mesmo período de tempo.
- 8 - Aos médicos com idade superior a 55 anos é concedida, se requerida, dispensa da prestação de serviço de urgência durante o período nocturno.
- 9 - Aos médicos com idade superior a 60 anos é concedida, se requerida, dispensa da prestação de serviço de urgência.
- 10 - Os limites de trabalho extraordinário previstos no Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas não são aplicáveis aos trabalhadores integrados na carreira médica em situações de manifesta necessidade para assegurar a continuidade das prestações de saúde.

#### Artigo 14.º

##### Médicos em funções de saúde pública

Os trabalhadores integrados na carreira médica em exercício efectivo de funções nos departamentos de saúde pública das administrações regionais de saúde e nas unidades de saúde pública dos agrupamentos de centros de saúde, são agrupados autonomamente em tabela própria, nos termos do Anexo III, para efeitos remuneratórios.

## Artigo 15.º

### Médicos em funções nas unidades de saúde familiar

São agrupados autonomamente em tabela própria, nos termos da respectiva coluna do Anexo II, para efeitos remuneratórios, os trabalhadores integrados na carreira médica em exercício efectivo de funções nas unidades de saúde familiar.

## Artigo 16.º

### Médicos internos

- 1 – Os trabalhadores contratados como médicos internos são integrados em categoria própria de pré-carreira em formação especializada.
- 2 - As remunerações-base dos trabalhadores contratados como médicos internos são fixadas no Anexo IV ao presente decreto-lei, que deste faz parte integrante.

## Artigo 17.º

### Funções de direcção e chefia

- 1 - Os trabalhadores integrados na carreira médica podem exercer funções de direcção, chefia, ou coordenação de departamentos, serviços ou unidades funcionais do Serviço Nacional de Saúde, desde que sejam titulares das categorias de médico especialista principal ou, em casos devidamente fundamentados, de médico especialista.
- 2 - Sem prejuízo do disposto em lei especial, e de acordo com a organização interna e conveniência de serviço, o exercício de funções de direcção, chefia, ou coordenação de departamentos, serviços ou unidades funcionais do Serviço Nacional de Saúde é cumprido em comissão de serviço por três anos, renovável por iguais períodos, sendo a respectiva remuneração fixada em diploma próprio.
- 3 - O exercício das funções referidas nos números anteriores não impede a manutenção da actividade de prestação de cuidados de saúde por parte dos médicos, mas prevalece sobre a mesma.

## Artigo 18.º

### Período experimental

- 1 -O período experimental do contrato por tempo indeterminado tem a duração de 90 dias.
- 2 -Considera-se cumprido o período experimental a que se refere o número anterior sempre que o contrato por tempo indeterminado tiver sido imediatamente precedido da constituição de um vínculo, nas modalidades de contrato a termo resolutivo incerto ou em comissão de serviço, para o exercício da formação médica especializada, com o mesmo órgão ou serviço.

## Artigo 19.º

### Formação permanente

- 1 - A formação dos trabalhadores integrados na carreira médica assume carácter de continuidade e prossegue objectivos de actualização técnica e científica ou de desenvolvimento de projectos de investigação.
- 2 - A formação prevista no número anterior deve ser planeada e programada, de modo a incluir informação interdisciplinar e desenvolver competências de organização e gestão de serviços.
- 3 - A frequência de cursos de formação complementar ou de actualização profissional, com vista ao aperfeiçoamento, diferenciação técnica ou projectos de investigação, pode ser autorizada mediante licença sem perda de remuneração por um período não superior a 10 dias úteis, por ano, ou, nos termos que vierem a ser definidos por instrumento de regulamentação colectiva de trabalho.
- 4 – O membro do Governo responsável pela área da saúde pode atribuir a licença prevista nos termos do número anterior por um período superior a 10 dias úteis, desde que a proposta se encontre devidamente fundamentada e a formação se revista de interesse para os serviços.

## Artigo 20.º

### Avaliação do desempenho

1 - A avaliação do desempenho relativa aos trabalhadores que integrem a carreira médica rege-se pelo regime da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, com as adaptações que, nos termos previstos no n.º 6 do artigo 3.º da mesma Lei, forem introduzidas por instrumento de regulamentação colectiva do trabalho.

2 - Na ausência de Instrumento de Regulamentação Colectiva do Trabalho, as adaptações previstas no número anterior, são efectuadas por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública e da saúde.

### Artigo 21.º

#### Instrumentos de Regulamentação Colectiva do Trabalho

As normas do regime legal da carreira médica podem ser afastadas por instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, nos termos da lei

### Capítulo III

#### Normas de transição

### Artigo 22.º

#### Transição para a nova carreira

1 - As carreiras médicas de clínica geral, hospitalar e de saúde pública, criadas nos termos do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, são extintas.

2 - Os trabalhadores pertencentes às carreiras previstas no número anterior são integrados na carreira médica definida nos termos do presente decreto-lei.

3 - Os médicos com contrato de trabalho celebrado com entidades públicas empresariais do Serviço Nacional de Saúde e com entidades gestoras de parcerias em saúde, podem, querendo optar pela nova carreira, candidatar-se a mudança de categoria, com dispensa do prazo mínimo de permanência, desde que tenham

exercido funções nessas entidades por prazo não inferior ao correspondentemente exigido na categoria anterior àquela para que se candidatam.

- 4 - O pessoal médico integrado em carreiras médicas de clínica geral, hospitalar e de saúde pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, com a categoria de assistente e com a categoria de assistente graduado transita para a categoria de Médico Especialista.
- 5 - O pessoal médico integrado em carreiras médicas de clínica geral, hospitalar e de saúde pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, com a categoria de chefe de serviço transita para a categoria de Médico Especialista Principal.
- 6 - O reposicionamento remuneratório dos trabalhadores integrados na carreira médica, referidos nos números anteriores faz-se nos termos do artigo 104.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e nos termos do Anexo II ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

## Artigo 23

### Mapas de pessoal

Os mapas de pessoal consideram-se automaticamente alterados, passando as categorias e remunerações a ser as constantes do presente decreto-lei.

## Capítulo IV

### Disposições finais e transitórias

## Artigo 24º

### Médicos de clínica geral

- 1 - Os clínicos gerais não habilitados com o grau de generalista não transitam para a nova carreira, sem prejuízo da manutenção da categoria de clínico geral, a extinguir quando vagar.

2 – O disposto no número anterior não impede a aplicação do regime previsto nos artigos 4º, 5º, 13º, 19º, do presente decreto-lei, bem como do que venha a ser estabelecido em sede de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho.

3 - As remunerações-base dos médicos referidos no número anterior são fixadas no Anexo V ao presente decreto-lei, que deste faz parte integrante.

#### Artio25.º

#### Disposição final

1 - No prazo de 30 dias, a contar da data de publicação do presente decreto-lei são desencadeados os procedimentos de negociação dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho previstos nos n.º 1 do artigo 25.º.

2 - A aplicação do presente decreto-lei aos médicos com contrato de trabalho celebrado com as entidades públicas empresariais do Serviço Nacional de Saúde, opera-se nos termos dos diplomas legais que definem o regime jurídico dos trabalhadores dessas entidades e na medida do que for disposto no instrumento de regulamentação colectiva de trabalho aplicável.

3 - A aplicação do presente decreto-lei aos médicos em regime de cedência de interesse público junto de entidades gestoras de parcerias em saúde, opera-se nos termos dos diplomas legais que definem o regime jurídico dos trabalhadores dessas entidades e na medida do que for disposto no instrumento de regulamentação colectiva de trabalho aplicável.

4 -O disposto no artigo 11.º não se aplica aos casos abrangidos pelos números anteriores do presente artigo, para os quais são estabelecidas remunerações mínimas em sede de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho.

5 – Os trabalhadores integrados na carreira médica com contrato de trabalho vigente à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, celebrado com as entidades públicas empresariais da saúde ou com as entidades gestoras de parcerias em saúde, pode requerer, à entidade patronal, por escrito, a todo o tempo, a adesão ao regime disposto

no presente decreto-lei, com imediata produção de efeitos, nos termos do instrumento de regulamentação colectiva aplicável.

6 - Para efeitos de exercício do direito de opção previsto no número anterior do presente artigo, os trabalhadores interessados devem apresentar requerimento por escrito dirigido ao membro do Governo responsável pela área da saúde, com faculdade de delegar

### Artigo 26.º

#### Norma transitória

Salvo quando exerçam opção pelo período normal de trabalho a que se refere o nº2 do artigo 13º, os trabalhadores integrados na carreira médica ao abrigo do artigo 22º, mantêm o respectivo horário, sendo as remunerações constantes das respectivas colunas do Anexo II, conforme os seguintes regimes de trabalho:

- a) Trinta e cinco horas semanais sem dedicação exclusiva;
- b) Trinta e cinco horas semanais, com dedicação exclusiva;
- c) Quarenta e duas horas semanais;
- d) Trinta e cinco horas semanais, sem dedicação exclusiva com disponibilidade permanente;
- e) Trinta e cinco horas semanais, com dedicação exclusiva e disponibilidade permanente;

### Artigo 27.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 185/2002 de 20 de Agosto, ao Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro, ao Decreto-Lei n.º 50-B/2007 de 28 de Fevereiro, e ao Decreto-Lei n.º 183/2008, de 4 de Setembro

1 – Os artigos 6º e 9º do Decreto-Lei n.º 185/2002 de 20 de Agosto passam a ter a seguinte redacção:

#### “ Artigo 6.º

[...]

1 - Sem prejuízo da aplicação do regime do artigo 32.º do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, os trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas podem ser contratados por outras entidades em regime de cedência de interesse público para as actividades a exercer em regime de parceria no âmbito deste diploma, nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

2 – Os trabalhadores a que se refere o número anterior podem candidatar-se ao procedimento concursal de recrutamento para ocupação de outro posto de trabalho na carreira médica.

3 – (anterior nº 4)

#### Artigo 9.º

[...]

1 - A entidade gestora deve assegurar as prestações de saúde nos termos dos demais estabelecimentos que integram o Serviço Nacional de Saúde, podendo criar, no âmbito da gestão dos recursos humanos, carreiras próprias para os seus profissionais de saúde, com paralelismo ao regime dos trabalhadores com relação jurídica de emprego público, no que respeita ao elenco de carreiras e categorias, níveis remuneratórios mínimos e regimes especiais de contratação para necessidades do Serviço Nacional de Saúde.

2 – [...]

3 – [...]

4 – [...]



2 - O artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro passa a ter a seguinte redacção:

“ Artigo 14.º

[...]

1 – Os trabalhadores dos hospitais E.P.E., sem prejuízo do disposto em diplomas que definem o regime legal das carreiras especiais da saúde ou que estabelecem regimes especiais de contratação para necessidades do Serviço Nacional de Saúde, estão sujeitos ao regime do contrato de trabalho, de acordo com o Código do Trabalho, demais legislação laboral, normas imperativas sobre títulos profissionais, instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e regulamentos internos.

2 – [...]

3 – [...]

4 – [...]

3 -O artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 50-B/2007 de 28 de Fevereiro passa a ter a seguinte redacção:

“ Artigo 12.º

[...]

1 – Os trabalhadores da ULSNA, E.P.E., sem prejuízo do disposto em diplomas que definem o regime legal das carreiras especiais da saúde ou que estabelecem regimes especiais de contratação para necessidades do Serviço Nacional de Saúde, estão sujeitos ao regime do contrato de trabalho, de acordo com o Código do Trabalho, demais

legislação laboral, normas imperativas sobre títulos profissionais, instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e regulamentos internos.

2 – [...]

3 – [...]

4 – [...]

4 -O artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 183/2008 de 4 de Setembro passa a ter a seguinte redacção:

“ Artigo 12.º

[...]

1 – Os trabalhadores das ULS, sem prejuízo do disposto em diplomas que definem o regime legal das carreiras especiais da saúde ou que estabelecem regimes especiais de contratação para necessidades do Serviço Nacional de Saúde, estão sujeitos ao regime do contrato de trabalho, de acordo com o Código do Trabalho, demais legislação laboral, normas imperativas sobre títulos profissionais, instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e regulamentos internos.

2 – [...]

3 – [...]

4 – [...]

Artigo 28.º

Disposição final

1 - Com a entrada em vigor do presente decreto-lei, cessa a aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 324/99 de 18 de Agosto e no Decreto-Lei nº 325/99 de 18 de Agosto, aos trabalhadores integrados na carreira médica.

- 2 - O disposto no número anterior não se aplica às situações já constituídas, à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, ao abrigo de:
- a) Artigos 20.º a 22.º do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro;
  - b) Decreto-Lei n.º 324/99 de 18 de Agosto;
  - c) Decreto-Lei n.º 325/99 de 18 de Agosto;
- 3 - O regime aplicável à carreira de medicina legal constará de diploma próprio.

### Artigo 29.º

#### Norma revogatória

1 - São revogados os seguintes diplomas e disposições legais:

- a) O Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março.;
- b) O Decreto-Lei n.º 198/97, de 2 de Agosto;
- c) O artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 203/2004 de 18 de Agosto;
- d) Os artigos 20.º a 22.º do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de

O Primeiro-Ministro

O Ministro de Estado e das Finanças

O Ministro da Justiça

A Ministra da Saúde

O Ministro da Ciência da Tecnologia e do Ensino Superior